

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO CANAL DE RECLAMAÇÕES DA TELEFÓNICA FACTORING

Em cumprimento do artigo 13 do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas físicas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, do artigo 11 da Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, sobre a Proteção de Dados Pessoais e garantia dos direitos digitais e do artigo 31 da Lei 2/2023, de 20 de fevereiro, que regula a proteção das pessoas que denunciam infrações regulamentares e o combate contra a corrupção, detalhamos abaixo as informações sobre proteção de dados pessoais referentes ao tratamento de dados no Sistema interno de informação:

1. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

O responsável pelo tratamento é a TELEFÓNICA FACTORING ESPAÑA S.A. (doravante TELEFÓNICA FACTORING), com NIF A28016798, e-mail de contato protecciondatos@telefonicafactoring.com, e sede, para estes efeitos, em Calle de Zurbano, 76, planta 8, 28010, Madrid.

A TELEFÓNICA FACTORING nomeou um Encarregado de Proteção de Dados, que pode ser contactado pelo e-mail: dpd@telefonicafactoring.com

Seus dados pessoais serão tratados com a mais estrita confidencialidade, apenas por pessoal autorizado.

2. ORIGEM DOS DADOS

Caso tenha optado por se identificar, seus dados pessoais foram obtidos pelo formulário preenchido por você no canal de denúncias disponibilizado pela TELEFÓNICA FACTORING.

Informamos que a sua identidade, se fornecida ou identificável, será preservada e não será informada às pessoas a quem se referem os alegados fatos relatados.

3. FINALIDADE DO TRATAMENTO

Os dados pessoais fornecidos por você pelo formulário e o conteúdo da documentação enviada como suporte à sua denúncia, serão tratados com a única finalidade de gerenciar e processar a informação e investigação dos alegados fatos denunciados, ou, se for o caso, responder à consulta levantada, bem como adotar, se for o caso, medidas de proteção e/ou prevenção de retaliações, tudo em conformidade com o disposto na Política do Sistema Interno de Informação e no Procedimento de Gestão das Denúncias.

4. LEGITIMAÇÃO DO TRATAMENTO

A base legal para o tratamento dos seus dados pessoais na gestão do Sistema de interno de informação será a estabelecida no art. 6.1.c do RGPD, na medida em que o tratamento seja necessário para o cumprimento de uma obrigação legal aplicável ao responsável pelo tratamento, de acordo com o disposto na Lei 2/2023, de 20 de fevereiro, que regula a proteção de dados de pessoas que denunciam infrações regulamentares e no combate à corrupção, e na Lei 10/2010, de 28 de abril, sobre a prevenção de lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

5. PRAZOS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS

Os dados objeto de tratamento poderão ser conservados no sistema de informação apenas durante o tempo necessário para decidir sobre a oportunidade de iniciar uma investigação sobre os fatos denunciados.

Caso se comprove que a informação prestada ou parte dela não é verdadeira, deverá ser imediatamente eliminada a partir do momento em que haja provas dessa circunstância, a menos que a referida falta de veracidade possa constituir uma infração penal, caso em que serão mantidas as informações durante o tempo necessário para que o procedimento judicial seja processado.

De qualquer forma, decorridos três meses a partir da recepção da denúncia sem que tenham sido iniciadas ações de investigação, os dados deverão ser eliminados, a menos que o objetivo da conservação seja deixar provas do funcionamento do sistema. As denúncias que não tenham sido atendidas apenas poderão ser registradas de forma anônima, não sendo aplicável a obrigação de bloqueio prevista no artigo 32 da Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro.

Em nenhum caso serão tratados dados pessoais que não sejam necessários ao conhecimento e investigação das ações ou omissões a que se referem a Lei 2/2023, de 20 de fevereiro, que regula a proteção das pessoas que denunciam infrações normativas e combate à corrupção, procedendo, se for o caso, à sua imediata eliminação. Além disso, serão eliminados todos os dados pessoais que possam ter sido informados e que se refiram a condutas que não se enquadrem no escopo de aplicação da referida lei.

Caso a informação recebida contenha dados pessoais enquadrados nas categorias especiais de dados, tais dados serão imediatamente eliminados, sem que sejam registrados e tratados.

Os dados pessoais relativos às informações recebidas e às investigações internas contidas no cadastro somente serão mantidos pelo período necessário e proporcional ao cumprimento da referida Lei. Em nenhum caso os dados poderão ser conservados por um período superior a dez anos.

6. DESTINATÁRIOS DOS DADOS

Informamos que sua identidade será sempre preservada, que não será comunicada às pessoas a quem se referem os fatos relatados ou a terceiros alheios à gestão e processamento da denúncia, exceto quando for necessário para a adoção de medidas corretivas na organização ou para o processamento dos procedimentos sancionadores ou criminais que, se for o caso, sejam aplicáveis, caso em que deverão ser relatados às autoridades competentes no assunto.

Os dados pessoais tratados no Sistema interno de informação podem ser comunicados à autoridade judiciária, ao Ministério Público, às Forças e Órgãos de Segurança do Estado, ou à autoridade administrativa competente, no escopo de uma investigação realizada ou no contexto de um processo judicial. Podem também ser comunicados às autoridades estaduais ou regionais competentes de proteção de informantes.

Os seus dados serão recebidos pela Core Business Consulting, S.L., terceiro externo que atua como encarregado pelo tratamento, e tratará os seus dados exclusivamente para a transmissão da sua denúncia, de forma segura e confidencial, à Telefónica Factoring.

Não estão previstas transferências internacionais de dados devido a atribuição ou ordem de processamento.

7. DIREITOS DAS PESSOAS INTERESSADAS

Os informantes têm o direito de acessar seus dados pessoais, bem como de obter a retificação dos dados pessoais inexatos ou incompletos, de solicitar a eliminação dos seus dados pessoais e de solicitar a limitação do tratamento, enviando uma solicitação por escrito para o endereço postal acima indicado ou para o endereço de e-mail protecciondatos@telefonicafactoring.com, a qualquer momento e gratuitamente. Além disso, se você considerar que o seu direito à proteção dos seus dados pessoais foi violado, você pode contactar o nosso Encarregado de Proteção de Dados pelo e-mail dpd@telefonicafactoring.com, e terá o direito de apresentar uma reclamação à Agência Espanhola de Proteção de Dados. (www.aepd.es).